

ESTRUTURAS FAMILIARES E UNIDADES PRODUTIVAS NA AMAZÔNIA: UMA AVALIAÇÃO DAS ENTIDADES FIXAS E TRANSITÓRIAS¹

Maria Ângela D'Incao²

RESUMO — Este ensaio consiste em uma busca de compreensão de relações entre estruturas familiares e unidades produtivas na Amazônia brasileira. Nosso objetivo será o de examinar diferenças entre estruturas de diferentes grupos familiares. A relação entre organização social e "performance" econômica dos grupos familiares é particularmente importante no contexto de mudança social na Amazônia, especialmente as áreas rurais, urbanas e de invasão. Tentativas anteriores de administrar e estabelecer políticas públicas na Amazônia têm falhado por falta de previsão e compreensão dessas relações em condições de mudanças sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Estruturas familiares; Formas sociais; Unidades produtivas; Incesto; Casamento.

ABSTRACT — This essay explores the relationship between family structures and units of production in the Brazilian Amazon. Our aim is to examine differences among variegated family group structures. The relationship between social organization and economic performance of family groups is particularly important in the context of social change in the Amazon, especially in urban, rural and land-invasion areas. Prior attempts to administer and establish public policies in the Amazon failed for lack of anticipation and comprehension of those social changes affecting these relationships.

KEY WORDS: Family structures; Social forms; Unity of production; Incest; Marriage.

¹ Uma versão deste ensaio foi apresentada no 48º Congresso dos Americanistas em Estocolmo, em julho de 1994.

² Bolsista de Desenvolvimento Regional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. Museu Paraense Emílio Goeldi, Departamento de Ciências Humanas, Caixa Postal 399, CEP 66.017-970, Belém, Pará.

INTRODUÇÃO

Este ensaio consiste na busca de compreensão de relações entre estruturas familiares e unidades produtivas, em algumas regiões da Amazônia. Trata-se de uma primeira aproximação com a Amazônia, do ponto de vista dos estudos que se tem empreendido sobre família, a partir de suas manifestações sociais, definidas através de formas de sociabilidade, onde as sociedades mais distantes da estrutura social moderna, burguesa, típica das organizações capitalistas, apresentam redes sociais mais densas, em diversas variações, que indicariam formas particulares de reprodução social (ver D'Incao 1989a). O presente ensaio pretende problematizar algumas diferenças nas estruturas de grupos familiares, na Amazônia. Trata-se de uma tentativa de compreender as relações entre formas sociais e *performance* econômica dos grupos familiares, com vistas a compreender aspectos que são manifestações dessas formas sociais e, que, ao comparecerem, em situações de mudança, assentamentos rurais ou urbanos, áreas de invasão, por não serem completamente compreendidos, dificultam as tentativas de administração e encaminhamento de políticas sociais e públicas.

Para isso, o texto foi dividido em três partes: na *primeira parte* apresenta-se algumas considerações gerais sobre a perspectiva analítica adotada no presente texto; na *segunda parte* apresenta-se um breve conjunto de informações sobre o desenvolvimento demográfico, na última década, na Amazônia, tentando buscar elementos de compreensão macro sobre o complexo movimento das populações despossuídas, em busca de terra ou possibilidade urbana. Visa-se com isto, o entendimento das particularidades dos grupos familiares e suas relações com a terra e as cidades, tentando situar origens sociais e culturais. Na *terceira parte*, com base nessas considerações e em estudos efetuados em diferentes circunstâncias, procura-se estabelecer uma primeira tentativa de uma tipologia, com a finalidade de orientar os estudos sobre famílias, na Amazônia, a partir de suas formas de produção e de reprodução social.

FAMÍLIA: FORMAS SOCIAIS DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

Os estudos sobre família, no Brasil, têm, de um modo geral, só muito raramente, trabalhado a relação entre forma social do grupo familiar e forma de produção doméstica. Ainda que haja importantes trabalhos sobre a família rural, esta tem sido vista, essencialmente, como unidade de produção e, muito raramente, também como uma instância social de reprodução, com características particulares do ponto de vista da compreensão do grupo familiar em si.

Esta relação parece ser importante para que se possa compreender, por exemplo, práticas culturais que levam a maior ou menor eficácia das unidades produtivas familiares, e que se situam em níveis distintos das propriamente econômicas e políticas. São comuns depoimentos de engenheiros agrônomos e de práticos

agrícolas, enfatizando que certas famílias têm sucesso e outras, com as mesmas possibilidades, não o têm. Além disso, e não menos importante, vem a ser a compreensão a que pode levar a análise dessa relação situada no plano propriamente sócio-antropológico: família não é somente um conjunto grande ou pequeno de pessoas ligadas por consanguinidade ou não. Há muitos estudos que mostram a importância da compreensão, não só da organização social, com vistas à reprodução, mas também dos valores, da natureza dos significados que garantem a coalescência dos membros e suas relações com a comunidade, a sociedade mais ampla e o futuro.

A família, nos trabalhos de Economia em geral e mesmo nos de Sociologia e de Antropologia, nem sempre tem merecido um tratamento que permita compreender sua estrutura e forma social³, no sentido da variedade que ela, como instituição social, pode apresentar, sendo ela, em geral, tratada como unidade de produção discriminada somente por regiões, como se sua especificidade residisse nas localidades—Norte, Nordeste, Sul, Centro ou Sudeste do país—ou no produto ou forma do trabalho camponês. Isto é comum nos trabalhos de família, quando ela é abordada através da análise econômica, sejam trabalhos sociológicos, antropológicos ou propriamente de economia, onde a família é tomada como unidade produtiva, camponesa ou não⁴.

Dessa maneira, acredita-se poder apontar, como uma das causas da dificuldade de se avançar no conhecimento da família camponesa no Brasil e, em particular, no das famílias das unidades produtivas, na Amazônia, a assunção de que a família é uma e a mesma nos diferentes grupos e atividades econômicas. Descrever as atividades dos membros do grupo familiar, pode não ser suficiente. É necessário, talvez, saber mais.

Por que é importante procurar uma diferenciação? Porque os diferentes grupos familiares, quando vistos como unidades produtivas têm *performances* diferentes das

³ Entendemos formas sociais no sentido que Simmel (1983) dá ao termo, o que, para nossos propósitos, vai significar compreender a vida doméstica como a vida que transcende os limites do viver propriamente circunscrito à casa, à família de parentesco, ao trabalho. Esta inclui espaços sociais e geográficos nas relações cotidianas com grupos distintos dos exclusivamente familiares. Daí surge a importância da análise que privilegia as formas de sociabilidade.

⁴ Nesses trabalhos (que são em número muito grande para ser citado aqui) há, apesar serem de origens distintas e de reunirem objetivos intelectuais diversos, apresentam, pelo menos, um interesse comum a todos os pesquisadores, qual seja, a idéia de processo social contida na noção da família. A preocupação de estudar o impacto do processo de mudança econômica, política e social na unidade familiar e nas relações entre os membros da família, tem sido a maior contribuição que este grupo heterogêneo de pesquisadores tem apresentado. Este grupo de pesquisadores procura interpretar a questão da família, sobretudo no comportamento econômico de seus membros. As questões que eles levantam não são inspiradas por fontes de dados ou por observações do dia-a-dia da família, mas pelas teorias sobre padrões de relações sociais e mudanças de relações. Desse modo, procuram nas relações econômicas, as explicações para as mudanças ocorridas na família. Ver D'Incao (1989a) *Sobre os estudos de família no Brasil*, cap. 1.

variações individuais. Faz diferença, do ponto de vista da *performance* econômica saber, em uma unidade produtiva, por exemplo, quem casa ou não casa com quem. Os antropólogos sabem que faz muita diferença. O valor e a importância das regras do casamento, em comunidades rurais, têm sido largamente demonstrados em inúmeros trabalhos. Gnaccarini (1989), em um artigo bem inspirado, demonstrou que quando a importância do café declina no vale do Paraíba, São Paulo, no início do século XX, também declinam os casamentos e aumentam os raptos de noivas, ou fugas consentidas, numa clara indicação de que os casamentos, por aliança ou interesse econômico, só eram incentivados quando, de fato, cumpriam essa função. Com o declínio do café, na localidade estudada, os casamentos por aliança perdem lugar para os casamentos por própria iniciativa, em geral desvinculados da economia cafeeira. Observando o modo como os membros do grupo deviam obediência ao patriarca, como este gerenciava os gastos do grupo familiar, vamos entender que ali o patriarcado teve um papel importante não só no trabalho, mas no fortalecimento do grupo como unidade produtiva por meio do regulamento dos meios de produção, através do qual o grupo seria capaz de se contrapor a outras unidades cujo número de braços era menor ou menos coalescente.

O casamento, e as formas sociais que o revestem, isto é, a oficialização legal ou consensual, as fugas ou raptos, constituem-se em variáveis, ao redor das quais se definem formas sociais familiares, grupais. Desse modo, a ausência de casamentos em grupos humanos também significa a presença de uma estrutura particular.

A família pode cumprir também funções sociais, além de seu papel micro-econômico, como unidade de produção e de reprodução: as famílias em conjunto, ou com outras instituições, formam instituições multifuncionais, combinando elementos de produção e de reprodução, mas, além disso, pode também assumir funções e serviços públicos, geralmente nas condições de um capitalismo desenvolvido e com uma extensa divisão do trabalho, desempenhado pelo Estado, mas nem sempre.

Na China, Max Weber (1951: 86-90), em seus estudos sobre a família tradicional, viu nela um obstáculo à constituição do capitalismo. Daí, seus estudos sobre tipos de ação e de dominação, relacionadas a formas de organização. No caso específico do desenvolvimento da família, desenvolveu uma verdadeira teoria sobre as organizações familiares que eram consideradas, por ele, empecilhos ao desenvolvimento de atitudes racionais, com relação a fins. Seus estudos sobre as formas sociais dos agrupamentos familiares clânicos, na China, por exemplo, assim como aquela organização fortemente baseada no culto ao ancestral/passado podem ser muito úteis para se analisar e compreender algumas formas sociais (políticas e econômicas também) encontradas, na Amazônia onde, entre outras coisas, também se observa a presença de agrupamentos que, com as devidas diferenças, se aproximam da situação descrita e analisada por Weber (1951: 84). Isto é, o governo de vilas e localidades mantém o controle sobre sua economia. No caso da China, mesmo em situações urbanas onde havia somente uma coleção de grupos clânicos ao redor do poder imperial central, os líderes clânicos governaram e administraram

as rodovias e canais, providenciaram defesa pessoal e organizaram tribunais e escolas através de seus templos ancestrais. O templo investia na terra, a qual era arrendada ("leased") e operava como um banco de empréstimo de dinheiro. Essas atividades não eram levadas a cabo como atividades capitalistas visando lucro, mas para um tipo de instituição que se referia ao bem estar do grupo clânico. O comércio era mantido abaixo dos limites do nível capitalista.

Em Uraim, colônia situada no município de Paragominas, sul do Pará, os estudos feitos por Nitsch (1993) sobre a *Caixa Agrícola*, revelam, naquele momento estudado, algumas semelhanças com a formação social e econômica descrita por Weber no caso da China: a comunidade, com um passado comum, não do tipo tradicional milenar chinês, obviamente, mas de intensas lutas pela posse da terra, optou por esquemas de cooperativa, onde a Caixa Agrícola funciona como um *quase* banco, uma *quase* prefeitura, uma *quase* empresa comum de comercialização⁵.

Esses casos de iniciativa local são extremamente importantes para o estabelecimento político e econômico dessas populações, porque indicam formações sociais distintas das vivenciadas por grupos portadores de atitudes mais individualizantes, típicas das sociedades de formação de estado moderno e do capitalismo. A história de municípios no Brasil, de pioneiros - os bandeirantes modernos - na Amazônia, revelam essa mesma independência de grupos sociais relativa ao Estado (ver Cleary 1994). Além disso, muito provavelmente, a própria conformação dos poderes locais, o paternalismo econômico, político e social talvez encontrassem uma explicação de raiz mais completa se pudessem ser explicados, a partir da compreensão do poder local, pessoal e a partir da ausência-presença do Estado, no Brasil⁶.

Compreender, assim, os diferentes tipos de organização produtiva e reprodutiva das famílias de pequenos produtores/agricultores é essencial para os fins a que nos propomos. Do mesmo modo, identificar tipos de organização produtiva e reprodutiva distintos dentro de variações, que incluem organizações as quais prescindem de arranjos matrimoniais, por exemplo, e onde o grupo não se altera, se casamentos não ocorrem; onde o aumento populacional não é essencial e se dá através de relações dentro da própria família, relações do tipo incestuoso; as que, ao contrário dessas fazem desses arranjos a razão de ser de sua organização; aquelas, ainda, onde o arranjo não existe, senão em certas circunstâncias e, aquela outra, onde o arranjo não existe mas o casamento é baseado na escolha livre, condição para os projetos individuais. É o caso da chamada família burguesa, característica das sociedades capitalistas. A cada organização social dessas corresponde, certamente, tipos de organizações econômicas como veremos mais a frente.

⁵ Expressão de Nitsch (1993: 24-32).

⁶ Presença, se considerarmos que a grande estrutura da Amazônia para o capitalismo foi financiada pelo Estado. Ausência, se constatarmos que hoje o poder de certas localidades é de quase que independência do poder central (ver Cleary 1993).

URBANIZAÇÃO: COMPORTAMENTO POPULACIONAL, DESEMPENHO DA POPULAÇÃO ATIVA E OS ESTUDOS DE FAMÍLIA, AMAZÔNIA

Em uma investigação é sempre importante decidir porque se estuda certas localidades e não outras. No caso dos estudos de família que ora empreendemos, na Amazônia, será importante conhecer um pouco do movimento das populações para que se possa saber as tendências mais gerais, de acordo com a origem dos grupos familiares ligados ao setor de produção, pois essa variável é importante para essas reflexões.

No caso específico da Amazônia, o comportamento da população acompanha, em linhas gerais, o que ocorre com a população nacional (Martine 1992): a) se concentra, cada vez mais, nas áreas urbanas—60% da população Amazônica viviam em áreas urbanas em 1990, conforme os censos demográficos do IBGE; b) de acordo com Martine & Torres (1991), também a queda da fecundidade amazônica acompanha o processo nacional de redução do tamanho da prole, derivada de um profundo processo de modernização, que afetou a motivação e a capacidade de reduzir o número de filhos. Mesmo em áreas rurais, ocorre esse processo de "urbanização subjetiva" das populações, no que se refere ao consumo e ao modo de viver, indicando a importância que o processo de urbanização tem no que se refere à queda da fecundidade. Esse fenômeno também ocorre na Amazônia, considerada em fase de uma razoável taxa de urbanização (Martine 1992).

É importante não deixar de lado outros aspectos causais de possíveis elevações da taxa de urbanização: o ponto alto da crise econômica brasileira se deu pela década de 80. A busca da cidade e de comportamentos demográficos urbanizados se dá nesse período. Observa-se ao mesmo tempo uma presença indiscutível da economia informal em todas as localidades amazônicas. O modo como o homem e a mulher simples buscam a sua subsistência se complica enormemente. Cleary faz referência a isto e mostra o quanto é importante não desprezar, para se compreender a urbanização, na Amazônia, as relações entre setores como, por exemplo, o informal de mineração e a agricultura, uma vez que em muitas regiões da Amazônia a mineração é a mais importante fonte de renda⁷.

No caso da Amazônia, observando as estatísticas sobre a População Economicamente Ativa (PEA), por ramo de atividade, vemos que entre 1970 e 1980 (Martine & Torres 1991), há um decréscimo das potencialidades de emprego nos setores ligados ao extrativismo renovável, silvicultura, caça e pesca. Os setores que mais cresceram foram o da agricultura, no setor rural, e o setor de serviços, nas atividades urbanas. No período de 80 a 90, é possível, genericamente, afirmar que: a) as atividades urbanas têm cada vez mais importância na composição de emprego, na Região; b) o extrativismo vegetal, a caça e a pesca, vem perdendo importância,

⁷ Cleary (1993) defende a tese de que a urbanização não se deu, nesse período, devido à disputa de terras.

apesar da importância histórica e peso político (7% da PEA total da região) e por ser atividade de baixa renda, seria inferior a 7% a sua participação na renda regional e o multiplicador de renda teria baixo impacto; c) a agricultura e a pecuária, seguindo a trajetória de seu próprio passado e a que prevaleceu, historicamente, em outras regiões, tenderia a perder participação relativa em termos da geração de emprego e renda (Martine & Torres 1991: 10-15).

De qualquer modo, deve-se ter cautela no uso de dados macro estatísticos, porque, no caso da Amazônia, dada a transitoriedade, mobilidade, alternância e concomitância relativa ao trabalho das populações, alguns setores funcionam como complementação de renda, podendo abrigar mais pessoas do que estão no Censo, é o caso especialmente do setor de extrativismo e caça e pesca, o item b, acima mencionado.

Mas, de qualquer modo, não seria sem sentido supor que parte desse contingente, que se desliga desses setores de baixa renda, se encaminham para as cidades, ou para as frentes de expansão. Aliás, tem sido esse o modelo de crescimento das cidades, no Brasil.

Apesar desse comportamento com direção urbana, ao mesmo tempo, existe uma questão camponesa no Brasil—que vivenciada na Amazônia tem significado forte, por ser a última fronteira—que demanda terra e tecnologia, estudos, pesquisas e políticas*. No caso da Amazônia, existe, além disso, um conjunto de questões que passam pela terra, inclusive as questões indígenas passam pela luta e posse da terra (Oliveira 1984). É o caso, por exemplo, de identidades étnicas ressurgirem em nome da luta pelos direitos à terra (Meira 1994) e da luta dos seringueiros pelas reservas (Benati 1994) e, recentemente, a luta dos pescadores pela delimitação de rios e lagos.

Os movimentos sociais urbanos e rurais estão indicando e sinalizando caminhos para soluções, onde o apoio à família é visto como essencial para combater tanto o enchimento urbano, como a devastação da floresta (Faleiro 1994). Não se pode ignorar que a cidade, também na Amazônia, é uma realidade incontestável, onde habita um grande percentual da população. E nela moram não só aqueles que não conseguiram um relativo sucesso rural, ou uma estabilidade na terra, mas também aqueles que, por diferentes circunstâncias, graças ao trabalho familiar e redes de conhecimento—familiar ou não—e também às possibilidades públicas ou privadas, onde a economia informal está sempre presente, direcionam o futuro dos filhos para necessidades (saúde, escola, diversão, consumo) e profissões urbanas. A cidade é, assim, uma necessidade, não só para tentar possibilidades de mudanças, como para comercializar, aumentar os meios de sobrevivência, ainda que intermitentemente e, também, para projetar um estilo de vida.

* Ver D'Incao & Silveira (1994), especialmente a "Introdução" e parte 7.

Usamos a palavra *necessidade*, para não usar *atração* para não entrar em uma discussão, que não nos interessa aqui⁹. O fato é que a cidade, no Brasil desde o século XIX, ou antes, dependendo da região, recebe, por muitos motivos, população rural. Entre esses, a difusão do gênero de vida urbano, valor do estilo de vida dado pela modernização que no Brasil fez-se antes que a real contrapartida econômica tivesse se modernizado (ver Pereira de Queiroz 1978). Essa "urbanização subjetiva", aludida acima por Martine & Torres (1991), é fenômeno de mesma natureza.

Essa tendência é importante para o conhecimento da natureza dos grupos familiares, tanto urbanos como rurais. Pode-se assumir, de um modo geral, que essa modernização elevada ao máximo no decorrer de um tempo longo, vai levar a comportamentos de reprodução semelhantes aos da chamada família burguesa típica das sociedades capitalistas. Entretanto, isso não só não é direto e certo, como também não é simples em nenhum contexto, pois as mudanças sociais não seguem ritmos iguais e tendências padronizadas (Elias 1982). Daí a dificuldade de se fazerem generalizações em estudos sociológicos e, em especial, em estudos de famílias.

No caso da Amazônia, a inclusão dos grupos familiares urbanos é essencial nos estudos de família. A itinerância campo-cidade-campo tem sido um fato importante e, nesse sentido, se os contingentes que estão migrando mais para as cidades, provêm mais do setor de extração vegetal, caça e pesca, por exemplo, poder-se-á associar, à questão urbana, muitos problemas relativos a modelos de organização social desse tipo de produção.

Isto posto, passemos agora a nossa tentativa explicativa dos tipos de família entre pequenos produtores, na Amazônia

UMA TENTATIVA DE ENCONTRAR TIPOS DE FAMÍLIA

Na busca de uma tipologia de famílias que vivem na Amazônia, em um sentido amplo, são observados, em uma primeira percepção, que há uma circulação de mulheres e crianças em regiões de garimpo; há uma coexistência de diversas mulheres para um homem só e práticas, onde o incesto é cotidiano em diferentes situações econômicas. Isto indica organizações familiares diversas das consideradas como própria das sociedades agrícolas/pré-capitalistas e capitalistas, onde há, no primeiro caso, predominância do patriarcado e suas implicações relativas ao valor econômico e político do casamento; no segundo caso, ocorre a generalização da livre escolha do parceiro para o casamento.

⁹ A discussão referida é a de que as cidades crescem porque os homens despossuídos são expulsos da zona rural, expropriados pelo avanço do capitalismo no campo.

Acrescente-se, a esta primeira percepção, o fato de que há uma violência contra menores nas cidades amazônicas¹⁰: a presença forte de prostitutas meninas; a recorrência cotidiana urbana de abuso sexual e estupro contra meninas; uma visibilidade de casais nas ruas, onde a mulher é bem mais jovem; a presença de uniões, onde há várias mulheres para um homem e a contrapartida da circulação de mulheres, a circulação de homens, em uma rede de complementação da presença masculina e de seus benefícios econômicos, sociais e culturais. Isto indica, mais uma vez, que devemos procurar a compreensão desses fatos, nas formas de reprodução de grupos familiares, as quais, entre outras coisas, geram um conjunto de filhos, que, juntos, se apresentam como impensáveis para grupos sociais mais comprometidos com modelos de ascensão individual. Entendemos que esses estudos podem oferecer um caminho para se compreender, não só questões relativas aos estudos de família e sua relação com a produção e reprodução, mas também problemas considerados urbanos, mas que têm, muito provavelmente, suas raízes na cultura de formas sociais e econômicas específicas, não só na Amazônia, mas também no Brasil em geral.

Isto posto, vamos agrupar, para efeitos de clareza, os conjuntos empíricos onde procuraremos formular tipos de família específicos de unidades produtivas na Amazônia:

1. Não se pode iniciar qualquer tentativa de enumerar possibilidades de encontrar tipos de família, na Amazônia, sem colocar, inicialmente, o conjunto de unidades de produção e de reprodução de tipo de colonização familiar rural, ainda que, na prática, sejam heterogêneas por incluírem experiências distintas, tais como: as colonizações de Bragantina, ao Norte do Pará; as de tipo de pequena produção como a colônia de Uraim e as do sul do Pará; as grandes fazendas de gado e de atividade extrativa madeireira; as de Rondônia, de colonização recente por conterem também populações de diferentes origens.

Como unidade produtiva, a família da pequena produção de tipo de colonização ou familiar é pensada como tendo por característica essencial alguns aspectos, que já indicam sua composição social como distintas das organizações racionais. Diferentemente de outras empresas, essas unidades produtivas não estão ligadas, totalmente, ao mercado. Seus principais fatores de produção, a terra e o trabalho familiar, não são comprados no mercado e somente uma parte de seus produtos são vendidos nele e somente uma parte de seus artigos de consumo são comprados (ver Ellis 1993: 3-16). Essa composição deriva de condições que são econômicas e

¹⁰ Deve-se levar em conta que a violência contra menores é bastante alta no Brasil, e que a Amazônia não é especialmente cruel com os menores. Entretanto, um caminho de investigação sobre a Amazônia talvez seja partir do fato que há aqui uma naturalidade e uma prática sexual, onde menores são habitualmente contados. Uma hipótese que pudesse pensar que essa naturalidade deriva de hábitos culturais aceitos por uma coletividade difícil de ser identificada, mas que dá mostras de existir em atos cotidianos.

políticas e, também, culturalmente dadas dentro de uma variação de possibilidades, certamente. Derivam de um referencial variado em muitos aspectos, mas, talvez, único na natureza da rede interativa e referencial de visão de mundo prática e subjetiva.

Sob o aspecto da reprodução, a composição familiar, no momento da chegada é, em geral mas não necessariamente, nuclear, onde os pais são relativamente jovens e os filhos pequenos. Como unidade reprodutiva constituem-se em uma unidade dentro de um conjunto "clânico" do tipo "quase-chinês" ou da "comunidade quase prefeitura-quase empresa coletiva". Assumem serviços públicos, onde as ONGs que operam na região, têm papel nesses arranjos. Mas, há diferenciações nos grupos familiares, os quais podem ser agrupado em dois tipos, vejamos: a) famílias de migrantes com anseios de prosperar e b) famílias locais, sem aspirações maiores. A esse respeito, de acordo com o engenheiro agrônomo Francisco Barbosa, que atuou na área, todos os que progrediram na Colônia de Uraim são migrantes nordestinos. Os que não progrediram, estão em estado de estagnação relativa - dos *mínimos vitais*, para usar uma linguagem clássica da sociologia rural brasileira contida em *Os Parceiros do Rio Bonito* de Cândido (1984) - são autóctones. Ao descrever as famílias que progrediram, o agrônomo falou de uma mentalidade patriarcal que mantém os filhos no trabalho. Falou de uma liderança forte advinda do pai. Ao descrever as famílias estagnadas, observou que, aparentemente, as famílias eram as mesmas mas que não havia nelas, entretanto, a mesma força observada nos segmentos nordestinos, na direção de conseguir uma economia de escala. Por exemplo, se ligam mais a pequenos negócios, semi-urbanizados, tipo garapeira no mercado, no caso de um deles. Relata Barbosa que na época de reuniões para a formação da Caixa Agrícola e da ajuda de financiamentos para diversificar a produção, os autóctones entre o jogo de bola (futebol) às 5:00 horas da tarde e a reunião, ficavam com o jogo de bola. Está aí, certamente, uma questão que passa por segmentos culturais e pela organização social da família, que o agrônomo percebe, detecta, mas não tem elementos para lidar e intervir. De acordo ainda com Barbosa, a expansão econômica que os nordestinos tiveram, na localidade, se efetivou com a incorporação de áreas que pertenciam aos autóctones. Há, aqui, dois tipos de família a se investigar: os migrantes e os autóctones.

O tempo da chegada, na região, também tem um papel que não deve ser menosprezado, é o caso específico das famílias ao redor da transamazônica.

Tanto o tipo de organização familiar típico da colonização do sul do Pará - área de Paragominas, como o tipo da frente de expansão da transamazônica, são grupos onde já há um bom número de pesquisas econômicas e algumas de natureza sócio-antropológica e política, o que, certamente, mostrará muitas diferenças a serem investigadas, a partir desses estudos. Mas em ambos os casos, quando a propriedade ou posse legal da terra se efetiva, ou a empresa se expande, podemos assumir, hipoteticamente, que em menor ou maior grau, as famílias tenderão, a médio ou longo termo, a uma estrutura nos moldes da família moderna/burguesa.

Mas, de qualquer forma, isso pode ocorrer somente no prazo de muitas gerações e em circunstâncias, também, onde muitas outras variáveis deverão concorrer, especialmente as ligadas ao sentido de modernização familiar e a seus valores como, a livre-escolha do parceiro, a realização individual, etc. As diferenças deverão ser enfatizadas, para se compreender melhor as diversas situações, onde a variável tempo é essencial.

2. Além desses tipos de famílias das colonizações, há o grande conjunto de população propriamente amazônica, além das diferentes culturas indígenas. Trata-se dos extratores e das populações ribeirinhas¹¹, que, em maior ou menor grau, estão ou estiveram relativamente isoladas, geograficamente falando, o que leva naturalmente a uma especialização em aspectos culturais e sociais particulares. Chamados genericamente de *caboclos*¹² encontram-se basicamente, no entorno de Belém e por toda a floresta amazônica e mesmo nas cidades. Constituem aquela pequena porcentagem já aludida do setor de extração e de caça e pesca, referente à população economicamente ativa. Entretanto, é certamente provável que sejam em número bem maior culturalmente falando. São grupos humanos de elevada fecundidade onde se dá, mais fortemente, a migração do extrativismo vegetal para áreas urbanas (Martine & Torres 1991). Sabe-se pouco a respeito dessas famílias, mas à primeira vista, elas são maiores e os nexos de ligação, inter e extra grupal, são também distintos. Wagley (1964) diferencia as pequenas comunidades camponesas, com fortes laços de solidariedade e direitos coletivos do uso da terra, e os extratores dispersos ao lado dos rios, com suas roças tradicionais complementares. O isolamento devido a muitos fatores entre eles, a ausência de continuidade do desenvolvimento capitalista e a ausência de estradas, tem, certamente, um papel importante na conformação ou persistência de grupos familiares distintos daqueles tidos como de tipo predominante-

¹¹ Convém não se esquecer que os tipos puros de extratores e ribeirinhos, não existem, como tais. Todos eles, exercem o que Furtado (1988) chama de pluralismo econômico, especialmente na várzea, como uma estratégia econômica de sobrevivência quando se refere aos ribeirinhos do baixo Amazonas.

¹² Caboclo, na Amazônia, é um termo com muitas especificações, envolve muitas conotações e especificidades, inclusive raciais: resultado misto de branco, índio e negro. Entretanto, para nossos propósitos, vamos tomar o sentido cultural que lhe é dado: após tantos anos de contato com os brancos, com seus empreendimentos comerciais dos produtos amazônicos, os grupos indígenas, grande parte deles, se encontraram desorganizados comparativamente ao que eram antes da colonização. O caboclo é o resultado desse processo colonial de exploração que levou a uma transformação de vários povos indígenas "descidos" para as vilas que foram criados para a empresa colonial (Galvão 1976). Após o *boom* da borracha, com a retração econômica da região, descendentes de grupos indígenas voltaram a cultivar suas roças tradicionais, retomando o seu modo cultural de vida. Do mesmo modo, os imigrantes nordestinos, que continuaram na região, adaptaram-se, grandemente, a esse modo de vida caboclo que consiste, do ponto de vista econômico cultural, no cultivo ou coleta de alimentos ou frutos para sobrevivência direta ou indireta, através da venda. Essa população, na Cabanagem, foi grandemente massacrada, levando a um declínio demográfico nunca visto antes (comunicação pessoal de Márcio Meira).

mente agrário. Os grupos ligados à extração vegetal, silvicultura, pesca e roça tradicional, diferentemente dos camponeses, não tiveram, até muito recentemente¹³, o sentido de propriedade da terra.

Esses grupos, ao se situarem nas beiras de rio, ao construírem suas vidas dentro de um mínimo vital que é a coleta e a roça tradicional, onde o mercado, ainda que essencial, é de pouca possibilidade de alternativas (o regatão ou o dono do aviamento), nos indicam não somente tipos familiares pré-capitalistas/ não capitalistas/ periféricos ao capitalismo, mas mais que isto: grupos familiares, que se postos em qualquer tentativa de se construir uma seqüência, estariam antes dos agricultores de tipo do patriarcado. Esse tipo de família, vamos chamá-las de famílias caboclas, foi pouco estudado, do ponto de vista da reprodução social, ainda que sejam importantíssimas as análises e informações dadas por Wagley (1964) e Galvão (1976). Essas aparentemente não incluem, no seu tipo extremo ou ideal, o casamento como uma questão oficial e nem de consenso/interesse grupal, mas individual ou/e de oportunidade prática de encontrar um parceiro/a. O número de braços para o trabalho também não é essencial, como na família como grupo econômico da produção agrícola ou do grupo de colonato descrito por Gnaccarini (1989). Assim, pode-se assumir hipoteticamente que tanto o casamento como a procura de noivos competentes é algo que não está no horizonte desses grupos, na maior parte das vezes. Deverá prevalecer nesses grupos o desinteresse social, grupal pelo casamento e pela procura de noivos e noivas e, assim, a fuga e o incesto são alternativas aceitas e comuns. Vejamos, a título de exemplo, um caso de uma família ribeirinha do Estado do Amazonas.

Com dois casos de incesto na família, a família ribeirinha, a qual nos referimos habita a Amazônia, próximo ao rio Purus. O incesto nessa família parece ser algo constitutivo dentro das possibilidades existentes. O que a memória familiar registra é o seguinte: por volta de 1930, dois dos irmãos de uma família ribeirinha de muitos membros, tiveram um filho. Seguiram vivendo dentro da família ribeirinha até que a mulher aparentou ter uma nova gravidez. A memória da neta conta que o bisavô bateu tanto na moça que a mesma abortou. Segue que, depois de algum tempo, a moça acabou arranjando uma nova união, de onde provém a mãe da informante. A esta segunda união seguiram-se mais outras duas. Com o quarto companheiro, um extrator de seringa, reuniu uma família de 13 membros, sendo que alguns membros são netos da mulher. Nessa mesma família, conta a memória familiar que, uma das irmãs do primeiro caso uniu-se ao cunhado (um pequeno produtor de roça), e tiveram aproximadamente 11 filhos. Este pai teve relações de sexo com as filhas, união de onde vieram dois filhos. Hoje, segundo conta a informante, este avô tem sexo com as netas. Aparentemente isso não se constitui em um problema familiar.

¹³ Não se deve esquecer da luta dos seringueiros por reservas e, também, dos índios, obviamente. Hoje, há uma luta nova, a do ribeirinho por delimitações de rios e lagos.

Essa história de vida e outras deverão ser melhor detalhadas, para fins de análise do incesto e suas relações com as estruturas sociais e econômicas. Para o que nos interessa, neste artigo exploratório, é preciso reter que a família ribeirinha, como todas similares, nunca teve antes a necessidade de uma terra própria. A procura de um casamento, seja para reforçar o poder do grupo ou a economia grupal, não é condição econômica ou política também desses grupos. Em nenhum momento, a família projetou algum futuro econômico no sentido capitalista, isto é, direcionou sua ação tendo em vista assegurar a propriedade da terra e à consequência imediata: o estabelecimento de direitos de herança a seus descendentes biológicos na repartição dos bens, em caso de morte (Engels 1987). A vizinhança era e é rara e, referencialmente distante, entre esses coletores esparsos. O destino econômico, o qual nossa primeira mulher incestuosa encontrou, ao refazer pela quarta vez sua família, é o destino da mulher de seringueiro: aquela que cuida da roça, com os filhos de diferentes idades, e da casa, quando o homem sai para o seringal.

A autoridade masculina ou feminina também deverá ser observada. Ainda que se assuma que o pai é a autoridade, a força, não se deve concluir, sem análise mais profunda, que estamos diante de uma família de tipo do patriarcado. Dentro de um conjunto grande de possibilidades de arranjos familiares, deveremos encontrar muitas variações e mesmo organizações familiares que se aproximam do tipo de organização de patriarcado ou mesmo do tipo de família burguesa, entretanto, outras variáveis certamente deverão estar presentes: entre elas, a presença ou não de compromisso econômico e cultural, com alternativas modernizantes ocidentais e/ou projetos para o dever ligado a escolhas de alternativas racionais com relação a fins.

3. Uma outra área a se investigar, são as de extração mineral, de garimpo, na região leste e sul paraense e Rondônia, onde não há propriamente família. Esse tipo de exploração é tipicamente de adultos masculinos. Entretanto, estudos sobre essa atividade revelam, no relacionamento com mulheres em atividades de cozinheira ou de prostitutas, uma estrutura presente na sociedade amazônica, que favorece, ou pelo menos, não condena a circulação de mulheres. O ir e vir de mulheres em ocupações como: cozinheira ou prostituta, assim como, a possibilidade, sempre presente, de que essa mulher pode voltar para seu grupo de origem, uma vez que ela também trabalha e envia ouro para seus familiares¹⁴, indica formas de organização familiar, que também não são propriamente típicas da sociedade patriarcal agrícola e nem capitalistas, mas que buscam, sem problema de ordem moral maior, a subsistência através do corpo. O trabalho de Rodrigues (1993), fornece preciosas entrevistas com essas mulheres do garimpo, indicando um número grande de casas matrifocais ou não, regidas ou não por mulheres nas localidades de origem, onde as mulheres contribuem financeiramente de um modo importante.

¹⁴ Esse hábito de enviar dinheiro para os membros da família de origem é comum no Brasil.

4. As famílias, em áreas urbanas, constituem-se em um conjunto bastante heterogêneo e complexo. Revela aspectos de diferentes estruturas e circunstâncias sociais. Do ponto de vista da reprodução da família, à primeira vista, há um número considerável de famílias chefiadas por mulheres, onde o homem, companheiro, tem presença temporária: estas, ou se apresentam como viúvas ou "largadas" ou com maridos/companheiros, onde a sua ausência é consequência da ausência de trabalho local. Daí a itinerância cidade/campo/cidade comum na Amazônia não só entre membros masculinos mas, em alguma medida, também femininos. A época da chegada à cidade, em geral, coincide com a fase de idade escolar da prole, mas não sempre e as estratégias de acesso à cidade também variam muito.

Nos casos das famílias matrifocais urbanas amazônicas é importante frisar que, como em toda a parte, de acordo com os estudos de história demográfica e dos sentimentos (Dias 1984; Samara 1989; D'Incao 1989),¹⁵ essas mulheres, por vários motivos entre os quais se destacam a necessidade de proteção masculina, necessidade cultural de ter um homem e afeto e ajuda financeira, acabam por ter vários companheiros, uma vez que os homens são mais sujeitos à transitoriedade dada a natureza precária dos empregos e possibilidades de ganhar a vida. E isso pode ocorrer de diferentes formas: uma situação onde os vários companheiros se sucedem no tempo de suas vidas; uma outra onde eles aparecem de modo alternado por períodos longos; uma outra, ainda, onde a alternância é mais próxima, constituindo, nesse último caso, uma contrapartida feminina da família de um homem com muitas mulheres: trata-se da família de uma mulher com muitos homens.

Nesses estudos de famílias encontradas na zona urbana amazônica, não vamos perder de vista a transitoriedade dos grupos e a conformação que eles podem ganhar, no decorrer de suas histórias particulares de vida. A partir de gerações que vivenciarem mais experiências urbanas, tenderão de algum modo, para o tipo geral do modelo civilizatório, que vem a ser a família burguesa de tipo nuclear com algumas prerrogativas igualitárias.

Tomemos em seguida, alguns dados que poderão nos ajudar nessa primeira aproximação em direção à identificação de diferenciação desse conjunto de grupos familiares urbanos, uma vez que é, em geral, nas zonas urbanas onde o incesto pode se revelar com estupro ou abuso sexual.

Analisando dados sobre violência contra menor em Belém, o que temos? No período entre 1 de janeiro de 1990 a 31 de setembro de 1991, no Relatório (1993) formulado pelo Centro de Defesa do Menor da República de Emaús, foram identificados 184 casos de estupro contra crianças e adolescentes que constituem 5%

¹⁵ Esses estudos mostram que foi comum, no Brasil, a prevalência de arranjos matrifocais, nos centros urbanos brasileiros do século XIX. Além disso, os trabalhos de sociologia urbana têm mostrado que a mulher, em situação de mudança para zonas urbanizadas, se adapta mais rapidamente à situação urbana uma vez que pode desempenhar tarefas remuneradas com mais facilidade: é o caso de trabalho como empregada doméstica, cozinheira, costureira e outros mais.

dos casos de violência coletados no período. Entretanto, esse número de casos é significativo, uma vez que é tipicamente contra as meninas. E o mesmo Relatório informa que no que se refere ao agressor, 76% dos casos os informantes não o identificam. Apenas 24% dos casos identificam o agressor e sua relação com a vítima, aparecendo como agressor, o pai em 10 casos, o vizinho em 7 casos, o padrasto em 5 casos, o tio em 4 casos e os outros com o policial, o patrão, o namorado, o irmão e pessoa das relações de conhecimento. O Relatório registra que ocorreram 6 estupros em crianças na faixa etária de até 3 anos. Sobre o local de ocorrência: 45% não se encontra identificado; dos 55% restantes, 75 casos ocorreram na residência, 16 em terreno baldio, e o restante em outros locais.

O Relatório informa, ainda, sobre outro tipo de crime, o abuso sexual e as percentagens de ocorrência, indicando que o grupo familiar é o maior agressor. Não seria destituído de sentido levantar-se a hipótese de que a não identificação do agressor esconde a relação familiar. Dois exemplos que o relatório destaca: uma menina de três anos sofreu abuso sexual praticado pelo avô, de 60 anos, na residência da criança. Uma menina de um ano sofreu abuso sexual praticado pelo pai, na própria residência.

É necessário não esquecer que esses são os casos que tiveram complicações e, por causa disso, foram registrados na polícia ou nos hospitais. E os casos, pergunta-se, que não têm complicações e que se incluem no cotidiano de muitas organizações domésticas?

Esse conjunto de dados nos levou a investigar, especialmente em Belém, casos que eram sabidos e conhecidos como incestuosos: identificados um conjunto de casos, selecionamos alguns na tentativa de compreender, não somente o incesto por si, mas procurar, nessas estruturas familiares, algo que possa identificá-las como sendo de uma mesma natureza.

A pesquisa, até o momento, não identificou mais do que o fato de que as famílias envolvidas com esses casos de violência, em geral, têm raízes nas organizações ribeirinhas ou de roça tradicional. Isso, talvez não seja muito, mas, talvez possa ser algo para começar a diferenciação.

* * *

Assim, lendo mitos, ouvindo ditos populares—*meninas de 11 anos, na Amazônia, que são virgens é porque correm mais que o pai*—, entrando em contato com a literatura, percebendo a solidão em que se encontram as personagens descritas por Dalcídio Jurandir em *Chove nos Campos de Cachoeira*, por exemplo, conversando

com pessoas da região¹⁶, compreendo que há algo de importante para os estudos das formas sociais: a presença de um isolamento e de uma introspecção profundos indica especificidades nas organizações familiares do Norte, onde o incesto parece não ser tão raro. Não é possível avaliar ainda se é mais forte que em outras regiões brasileiras—e não é este o objetivo de pesquisas nas organizações familiares—, mas a facilidade com que as pessoas falam do incesto parece ser um indicador de que a matéria não é de todo tão cheia de tabus, ao contrário.

Notícias de incesto provêm não só de famílias ribeirinhas, mas também de agricultores tradicionais, em situações ou época de isolamento relativo. O irresistível e sedutor *boto* que tem sexo com as moças e desaparece sem que ninguém jamais consiga descobrir seu rosto, indica, quem sabe, uma situação onde a mítica resolve casos de uniões sexuais proibidas pelo cristianismo ou mesmo pelo grupo. Não se pode deixar de mencionar que, nos casos de incesto ou estupro ou de violência sexual entre membros da família e meninas¹⁷, é sempre a mãe a pessoa que tem um grau de responsabilidade na convivência com o fato, que esconde o agressor: pai, padrasto, companheiro ou tio. O silêncio sobre o agressor, talvez, possa ser entendido como uma indicação de que existe uma prática cultural cotidiana de relações sexuais intra-familiares.

Sabe-se, pela historiografia européia que as uniões esporádicas ou duradouras entre membros de primeira descendência não desapareceram, a não ser depois de séculos de trabalho cristão junto a grupos distantes ou próximos, de diferentes posições sociais, junto com as regras de proibição. Como enfatizou Meillassoux (1976) em sua sessão *O Incesto Inútil*, a cópula entre descendentes dos mesmos pais e entre descendentes é prática conhecida em muitas sociedades, e que os etnólogos de campo sabem que se torna difícil obter informações, por onde passaram missionários e administradores coloniais. Também no Brasil, temos alguma informação nessa direção: Antonio Cândido (1984) indica possibilidades da presença do incesto no grupo analisado por ele em Bofete, São Paulo. Procuramos, assim, através desse conjunto um tanto impressionista de dados e de percepções, propor uma tipologia possível de família de pequenos produtores, na Amazônia, que possa nos permitir contribuir para a compreensão, não só dos problemas situados em esferas rurais, mas também urbanas, uma vez que essas realidades na Amazônia são bastante interdependentes.

¹⁶ Durante 45 dias fiz, sistemática e aleatoriamente, na cidade de Belém, perguntas a pessoas em diferentes situações se sabiam o que era incesto e se conheciam alguém que vivesse em situação de incesto. Todos responderam que sim, deram informações e indicaram locais.

¹⁷ A violência praticada contra meninos é maior nas ruas e em menor grau, comparativamente, é sexual. De acordo com Padre Bruno (comunicação pessoal), os meninos são mais sujeitos à violência das ruas, tanto de bandidos como de policiais e as meninas, às domésticas, onde o estupro é recorrente.

Além disso, é preciso não esquecer a complexidade desses estudos não só devido ao envolvimento do tema do incesto, mas também pelo fato de que os grupos familiares, na Amazônia de hoje, não se encontram mais fixados em suas atividades originárias. Ao contrário, se encontram em diferentes meios sociais, econômicos e culturais. Mesmo que se possa agrupá-los, a partir de sua atividade principal hoje, muitas outras variáveis de natureza histórica, certamente, deverão ter um peso na conformação social dos diferentes. É por isso que optamos por tentar construir tipos para que possamos, a partir de características essenciais de cada grupo especial, compreender a natureza das especialidades que poderão explicar diferentes performances econômicas entre grupos familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, M. 1980. *Approaches to the history of the Western family — 1500-1914*. London, MacMillan Press.
- BARBOSA, F. 1990. *Experiencia camponesa de ruptura com relações técnicas e econômicas tradicionais na Amazônia. O caso de Uramim: síntese histórica 1969-1990*. Universidade Federal do Pará/NAEA & Governo do Estado do Pará, Secretaria de Agricultura.
- BARBOSA, F. 1991. Sistemas de produção desenvolvidos na Colônia de Uramim. (mimeografado).
- CÂNDIDO, A. 1951. The Brazilian family. In: *Brazil: portrait of a half continent*, New York, Dryder Press.
- CÂNDIDO, A. 1984. Vida familiar do caipira. In: Cândido, A. 1984. *Os parceiros do Rio Bonito*, São Paulo, Liv. Duas Cidades.
- CLEARY, D. 1993. After the frontier: problem with political economy in the modern Amazon. *J. Lat. Am. Stud.* 25: 331-348.
- CLEARY, D. 1994. Problemas na interpretação da história moderna na Amazônia. In: D'Incao, M. A. & Silveira, I. (orgs.) *Amazonia e a crise da modernização*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- DIAS, M. O. L. S. 1984. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense.
- D'INCAO, M. A. 1989. (org.) *Amor e família no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- D'INCAO, M. A. 1989a. *Família e literatura: uma contribuição ao estudo da família no Brasil*. Tese de livre-docência. (mimeografado).
- D'INCAO, M. A. & SILVEIRA, I. M. (orgs.) 1994. *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- ELIAS, N. 1982. *State formation and civilization*. Oxford, Blackwell.
- ELLIS, F. 1993. *Peasant economics, farm household and agrarian development*. 2 ed., New York, Cambridge University Press.
- ENGELS, F. 1987. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo, Civilização Brasileira.
- FALEIRO, A. 1994. Um projeto de cidadania. In: D'Incao, M. A. & Silveira, I. (orgs.) *Amazonia e a crise da modernização*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- FURTADO, L. G. 1988. *Pescadores do Rio Amazonas*. Tese de doutoramento. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- GALVÃO, E. 1976. *Santos e visagens*. São Paulo, Editora Nacional. (Brasiliense, 284).
- GNACCARINI, J. C. 1989. O rapto das donzelas. *Rev. Soc. Univ. São Paulo*, 1(1): 149-168.
- LAMARÃO, M. L. N. et al. 1990. *Cotidiano e miséria e formas de exploração sexual de meninas em Belém*. Belém, Movimento República do Pequeno Vendedor & Centro de Defesa do Menor.
- MARTINE, G. 1992. *Ciclos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações*. Brasília, ISPN, (Documento, 11).

- MARTINE, G. 1992. *Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna: uma visão geral*. Brasília, ISPN, (Documento de Trabalho, 12).
- MARTINE, G. & TORRES, H. 1991. *Criança, problemática sócio-ambiental e desenvolvimento na Amazônia*. Brasília, ISPN, (Documento de Trabalho, 4).
- MEILLASOUX, C. 1976. *Mulheres, celeiros & capital*. Porto, Portugal, Afrontamento. (Crítica e Sociedade, 7).
- MEIRA, M. 1994. Articulações políticas e identidade étnica no alto rio Negro. In: D'Incao, M. A. & Silveira, I. M. (orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- NITSCH, M. 1993. *A "caixa agrícola" dos produtores de Uraim: uma instituição de camponeses na Amazônia brasileira*. Berlim, Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin.
- OLIVEIRA, A. 1983. Ocupação humana. In: *Amazônia, desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo, Brasiliense & Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq.
- RELATORIO. 1993. *Situação de violência contra crianças e adolescentes em Belém*. Belém, Movimento República de Emaús & Centro de Defesa do Menor. (mimeografado).
- RODRIGUES, R. M. 1993. *Mulheres do ouro: o trabalho feminino nos garimpos*. Belém, Governo do Estado Pará.
- SAMARA, E. M. 1989. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*. São Paulo, Marco Zero & Secretaria da Cultura.
- SIMMEL, G. 1983. *George Simmel: sociologia*. (Coleção organizada por Evaristo de Moraes Filho). São Paulo, Ática.
- WAGLEY, C. 1964. *Uma comunidade amazônica*. São Paulo, Itatiaia & Universidade de São Paulo.
- WEBER, M. 1951 *The religion of China*, New York, Free Press.

Recebido: 02.12.94

Aprovado: 05.05.95